

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de testes psicológicos para porte de arma, padronizados, validados e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), classificados como bens comuns, destinados à realização de avaliações psicológicas para concessão e renovação do porte de arma funcional dos servidores da Guarda Municipal de Belém, incluindo instrumentos de editoras distintas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A legislação brasileira exige a comprovação de aptidão psicológica, por meio de avaliação credenciada pela Polícia Federal, para a obtenção e renovação do porte de arma funcional, sendo os testes ferramentas essenciais nesse processo.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº78/2014 e com o convênio firmado entre a Guarda Municipal e a Polícia federal, vimos por meio deste solicitar a aquisição de testes psicológicos padronizados e validados pelo Conselho Federal de Psicologia(CFP), necessários para a realização de avaliações psicológicas voltadas ao manuseio e porte de arma de fogo por parte dos servidores desta corporação.

A disponibilização deste instrumentos é condição imprescindível para o cumprimento das normativas vigentes, garantindo a lisura e a qualidade técnica do processo avaliativo, bem como a segurança institucional e coletiva.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atendimento às exigências legais e normativas que condicionam a concessão e renovação do porte de arma funcional à comprovação de aptidão psicológica, conforme Instrução Normativa nº 78/2014 da Polícia Federal e convênio firmado entre a Guarda Municipal de Belém e a Polícia Federal.

Os testes psicológicos constituem instrumentos técnicos indispensáveis para assegurar a lisura, a confiabilidade e a qualidade das avaliações, contribuindo diretamente para a segurança institucional, a proteção da coletividade e o adequado exercício das atividades de segurança pública. A contratação encontra-se alinhada às conclusões do Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental da aquisição.

3. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Bpa-2 teste de atenção kit completo	Kit	1		
2	Bpa-2 conjunto de aplicações a, c, d	Bloco	40		
3	Bpa-2 crivo de correção ac	Unid	1		
4	Bpa-2 crivo de correção ad	Unid	1		
5	Bpa-2 crivo de correção aa	Unid	1		
6	Combo htp -coleção do teste + livro	Kit	2		
7	Htp – livro de avaliação vol 2 conj. Com 10 fls	Bloco	50		
8	Tas – livro de aplicação vol 2	Bloco	50		
9	Cta – teste de atenção. Editora vetor. Kit completo	Kit	01		
10	Cta – teste de atenção. Livro de aplicação AC versão 1 Vol 2	Bloco	100		
11	Cta – teste de atenção. Livro de aplicação AD versão 1 Vol 5	Bloco	100		

12	Cta – teste de atenção. Livro de aplicação AA versão 1 Vol 8	Bloco	100		
13	Cta – crivo AA versão 1	Unid	1		
14	Cta – crivo AD versão 1	Unid	1		
15	Cta – crivo AC versão 1	Unid	1		
16	Tepic-m livro aplicação vol 2: bloco com 25 folhas.	Bloco	30		
17	Coleção tem-r 2-livro de aplicação vol 2 com 25 folhas.	Bloco	50		
18	Bgfm-1 livro de aplicação tedif 1 vol 2: bloco com 25 folhas.	Bloco	50		
19	Bgfm-1 livro de aplicação tedif 2 vol 3: bloco com 25 folhas	Bloco	50		
20	Bgfm-1 livro de aplicação tedif 3 vol 4: bloco com 25 folhas.	Bloco	50		
21	Palografico – livro de instruções vol 1. 4ª edição	Unid	1		
22	Palografico – livro de aplicação i p vol2 com 25 folhas	Bloco	200		
23	Mvr - bloco folhas de resposta com 25 folhas	Bloco	50		
24	Tsp - folhas de resposta: memoria	Unid	1000		
25	Tsp - folhas de resposta: fluencia verbal	Unid	1000		
26	Tsp - folhas de resposta: destreza	Unid	1000		
27	Wais iii - escala de inteligência wechsler para adultos – protocolo de resposta	Bloco	100		
28	Crivo teaco	Unid	1		
29	Crivo tealt	Unid	2		
30	Crivo tead	Unid	1		

Valor Total Estimado da Contratação: R\$ XX.XXX,XX

4. DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES

4.1. A licitação não será realizada por lotes.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Com base no levantamento das necessidades institucionais da Guarda Municipal de Belém, bem como na análise técnica, econômica e operacional realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, identificou-se como **solução mais adequada** a **aquisição de testes psicológicos padronizados**, aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de **procedimento competitivo em ambiente eletrônico**, sendo o **Pregão Eletrônico** a modalidade inicialmente indicada.

5.1 Justificativa Técnica

Sob o aspecto técnico, a adoção do Pregão Eletrônico mostra-se adequada em razão das seguintes características:

- O objeto consiste em **bens comuns**, cujas especificações técnicas podem ser descritas de forma objetiva, clara e padronizada, sem necessidade de soluções personalizadas ou desenvolvimento intelectual específico;

- Os testes psicológicos a serem adquiridos são **produtos padronizados**, amplamente comercializados por editoras especializadas e previamente aprovados pelo CFP, permitindo comparação objetiva entre propostas;
- A modalidade eletrônica amplia a competitividade, assegura maior transparência ao processo e facilita o acesso de fornecedores de diferentes regiões do país;
- O procedimento é compatível com a natureza recorrente da demanda e com a necessidade de reposição periódica dos materiais utilizados nas avaliações psicológicas para porte de arma funcional.

5.2 Justificativa Econômica

Do ponto de vista econômico, o Pregão Eletrônico apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, considerando que:

- A ampla concorrência proporcionada pelo ambiente eletrônico tende a resultar em **melhores preços**, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa;
- O procedimento contribui para a **redução de custos administrativos**, por ser mais célere e padronizado em comparação a outras modalidades;
- A possibilidade de lances sucessivos favorece a economicidade e a racionalização do gasto público;
- A solução está alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade e planejamento**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a escolha da solução proposta atende de forma adequada às necessidades institucionais da Guarda Municipal de Belém, assegurando equilíbrio entre qualidade técnica, viabilidade operacional e economicidade, conforme demonstrado nas análises constantes deste Estudo Técnico Preliminar.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com fundamento nos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, e 56 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. O critério de julgamento será o de menor preço por item, conforme o disposto no art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas deste Termo de Referência.

6.3. Somente serão aceitas propostas que ofereçam testes psicológicos:

- a) aprovados e com parecer vigente no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI/CFP;
- b) compatíveis com a finalidade de avaliação psicológica para porte de arma funcional;
- c) correspondentes às versões atualizadas disponibilizadas pelas respectivas editoras;
- d) em conformidade com as quantidades e especificações descritas neste Termo de Referência.

6.4. O orçamento estimado será divulgado em anexo ao edital.

6.5. A proposta deverá observar os valores unitários e globais máximos aceitáveis definidos na planilha de composição de preços.

6.6. Poderá haver itens com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

7. DA NATUREZA, PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM.

7.1. O objeto da presente contratação corresponde ao fornecimento de bens comuns, de natureza não continuada

7.2. Não será exigida prova de qualidade do bem.

7.3. O edital não exigirá amostra.

7.4. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados por 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante;

8. DOS REQUISITOS DA CONTRATADA

8.1 A contratada deverá comprovar sua aptidão para o fornecimento de testes psicológicos, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de produtos similares em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação.

8.2. Qualificação Técnica:

8.2.1. Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação

8.3. Haverá critério de sustentabilidade.

A aquisição de testes psicológicos observa os princípios da sustentabilidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, considerando os aspectos **ambientais, sociais e econômicos** do processo de contratação.

No aspecto **ambiental**, prioriza-se a utilização de testes psicológicos em **formato digital**, quando disponíveis e devidamente aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), reduzindo o consumo de papel, a necessidade de impressão, armazenamento físico e descarte de materiais, contribuindo para a diminuição de resíduos sólidos e do impacto ambiental. Quando indispensável o uso de materiais físicos, estes deverão ser produzidos com papel certificado ou proveniente de manejo florestal sustentável, sempre que possível.

Sob o ponto de vista **econômico**, a adoção de instrumentos digitais ou de uso controlado possibilita maior racionalização dos recursos públicos, uma vez que reduz custos recorrentes com reposição de cadernos de aplicação, folhas de resposta e correção manual, além de otimizar o tempo dos profissionais envolvidos, promovendo maior eficiência administrativa.

No aspecto **social**, a contratação de testes psicológicos devidamente validados e reconhecidos pelo CFP assegura a qualidade técnica das avaliações, contribuindo para processos seletivos e avaliações psicológicas mais justas, éticas e transparentes, com impactos positivos na segurança institucional, na saúde ocupacional e na proteção dos direitos dos avaliados.

Dessa forma, a aquisição dos testes psicológicos atende aos critérios de sustentabilidade, alinhando-se às boas práticas de gestão pública, à legislação vigente e aos objetivos institucionais, sem prejuízo da qualidade técnica e da legalidade do procedimento. A contratação observa os critérios de sustentabilidade previstos nos arts. 5º e 144 da Lei nº 14.133/2021

8.4. Não haverá risco a ser assumido pela contratada

8.5. Não haverá previsão de vistoria.

9. DA FORMA DE ENTREGA DO BEM E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A entrega será realizada sob demanda, devendo ocorrer no prazo máximo de 15 (**trinta**) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

9.2. O bem deve ser entregue na Av. Duque de Caxias nº394, Bairro: Marco, CEP: 66093-026 - Belém/PA. A entrega deverá ser previamente agendada com a contratante, e poderá ser realizada de segunda à sexta, das 08h30 às 15h;

9.2.1. Não serão aceitas entregas sem agendamento prévio, sendo a contratada responsável por quaisquer prejuízos decorrentes de entregas realizadas desta forma (nsstgbel@yahoo.com.br – 9198440-9971).

9.2.2. Por ocasião da entrega dos bens à CONTRATANTE, será emitido **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** pelo fiscal do contrato.

9.3. Os testes psicológicos e materiais correlatos deverão ser considerados bens não perecíveis, devendo estar em perfeito estado de conservação, sem avarias, com embalagens originais íntegras e lacradas, quando aplicável, e dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante ou pela editora responsável..

9.4. Os itens serão objeto de inspeção, que será realizada por técnico do departamento responsável no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de emissão do termo de recebimento provisório. A inspeção passará pelas seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o produto atende às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela CONTRATADA;

c) Colocação do produto em funcionamento;

d) Testes dos componentes do produto, se for o caso.

9.5. O setor demandante poderá rejeitar os materiais entregues, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de realização da inspeção.

9.6. Findo o prazo de inspeção, e comprovada a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas no Edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, o fiscal emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**;

9.7. A aceitação dos produtos será realizada por meio de termo de recebimento, e serão recebidos:

9.7.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de Referência; e

9.7.2. Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.8. Nos casos de produtos apresentarem defeitos que necessitem sua substituição, os prazos de garantia de validade serão contados a partir da nova data de entrega, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.9. Os itens deste TR a serem adquiridos deverão ser novos e de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e, em perfeitas condições de uso, nos termos da legislação vigente;

9.10. Não serão aceitos produtos diferentes dos especificados neste Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança rompidos;

9.11. A critério da CONTRATANTE poderá ser modificado o local de entrega, para outro endereço no Município de Belém, sem qualquer tipo de ônus adicionais;

9.12. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. A duração do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura,

11. DO PAGAMENTO

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.1.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo acima mencionado será reduzido pela metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação.

11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.2.1. A data da emissão;

11.2.2. Os dados do Contrato e do CONTRATANTE;

11.2.3. O período respectivo de execução do Contrato;

11.2.4. O valor a pagar; e

11.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

11.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

11.6. Será procedida consulta “On-Line” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a CONTRATADA, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS, da Previdência Social e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

11.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar via registro no SICAF, aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, conforme estabelece o art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 03/2018, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

11.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

11.13. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos produtos e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

11.14. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.15. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644,

Assim apurado

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

11.16. Caso haja aplicação de multa em favor da CONTRATANTE, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente da CONTRATADA. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

11.17. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

12. DA GARANTIA FINANCEIRA DO CONTRATO

12.1. Não há exigência de prestação de garantia financeira de cumprimento deste contrato

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Fornecer o objeto de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes neste instrumento;

13.2. Colocar à disposição da CONTRATANTE, os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no item 3 deste Termo de Referência;

13.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.4. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE durante a vigência do contrato;

13.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;

13.7. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.

13.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

13.10. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) produto(s), objeto da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;

13.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.

13.12. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

13.13. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do § 1º do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.14. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pelo CONTRATANTE, sem prévia autorização;

13.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

14.2. Rejeitar objeto cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes neste Termo de Referência;

14.3. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas;

14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.5. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega dos itens objeto deste Termo de Referência e emissão dos Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo;

14.6. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.

14.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.

14.8. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

15.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.6. Fraudar a licitação;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

15.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar

ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

- a) Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;
- b) Para as infrações previstas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 15.1.3 e 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de

20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Referência e das Contratações dele decorrentes.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Termo de Referência, deverão ser solicitadas por escrito, à Coordenadoria Geral de Licitações, através do e-mail: gerenciadeinstrucaocgl@gmail.com

Belém/PA, 27 de março de 2026

(Versão atualizada)

Victor **Johann** Fernandes Gusmão/ Matrícula nº 0301493-014
Equipe de Planejamento da Contratação/GMB
Portaria nº 579/2025-GMB

Aprovo o Termo de Referência.

Inspetor Geral **Esau** da Cunha Araújo
Secretário da Guarda Municipal de Belém
DECRETO N.º 113.742/2025 – PMB, DE 25 DE JUNHO DE 2025